



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 02/2024**  
**PGEA N.º 01236.000.008/2024**  
**MENOR PREÇO**  
**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP**  
**REGIME JURÍDICO – LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ: 93.802.833/0001-57, torna público que realizará **CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA)**, com critério de julgamento MENOR PREÇO, sendo regido pelo Decreto Estadual 57.034, de 23 de maio de 2023, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos provimentos n.º 03, 05, 06, 07, 08 e 104 da PGJ/MPRS, e demais legislações aplicáveis.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até as 13 horas do dia 05 de março de 2024.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14 horas do dia 05 de março de 2024.

**TEMPO MÍNIMO DE DISPUTA:** 10 minutos.

**DECRÉSCIMO MÍNIMO DE LANCES:** 1% (um por cento).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília (DF).

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

## **1. OBJETO**

Aquisição de 1 (uma) licença anual do software *Canva*, conforme especificações constantes neste Aviso e seus Anexos.

## **2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar desta contratação os interessados que estejam devidamente credenciados e/ou cadastrados junto à CELIC – Central de Licitações Estado (<http://www.celic.rs.gov.br/>) e no portal eletrônico banrisul (<https://pregaobanrisul.com.br/>), que atendam a todas as exigências constantes deste Aviso e seus anexos.

2.1.1 A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Aviso, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do participante e subsequente encaminhamento da proposta de preços exclusivamente por meio eletrônico.

2.2 O proponente deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do envio da proposta inicial, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, observando-se o regramento contido no subitem 6.1. e seguintes.

2.2.1. O proponente deverá fazer em campo próprio do sistema eletrônico a descrição detalhada do objeto licitado, informando a MARCA e o MODELO do objeto ofertado; se aplicável.

2.3 Até a abertura da sessão, o proponente poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.4. Não poderão participar da Dispensa ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente as empresas:

2.4.1. Que estejam em processo de falência, de concurso de credores, dissolução, fusão, cisão, incorporação ou de liquidação judicial ou extrajudicial.

2.4.2. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993 e/ou art. 156, IV e § 5º da Lei nº 14.133/2021).

2.4.3. Que tenha alteração social, modificação da sua finalidade ou estrutura que restrinja sua capacidade de concluir o contrato (artigo 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

2.4.4. Que estejam punidas com suspensão temporária de participar em licitações e impedidas de contratar (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993) com qualquer órgão da Administração Pública.

2.4.5. Que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com órgãos do Estado do Rio Grande do Sul (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e/ou artigo 156, III e § 4º da Lei nº 14.133/21).

2.4.6. Que possuem pendência junto ao CFIL/RS (Lei Estadual RS nº 11.389/1999);

2.4.7. Que estejam punidas ou que tenham sócio(s) majoritário(s) que possua(m) registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

2.4.8. Que possuam, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

a) A vedação se estende à hipótese de o procedimento licitatório ter sido deflagrado: (a.1) quando os membros e/ou servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, ou (a.2) até 06 (seis) meses após a desincompatibilização.

b) Além das hipóteses expressas de nepotismo mencionadas acima, poderá ser vedada a contratação de pessoa jurídica pertencente a outro parente de membro ou de servidor, quando, no caso concreto, for identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório.

2.4.9. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.4.10. Que possuam em seu quadro: administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, cuja pessoa tenha algum familiar exercendo cargo em comissão ou função de confiança no órgão licitante, na forma do art. 8º do Decreto Estadual nº 48.705/2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

2.4.11. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4.12. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.4.13. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.4.13.1 O impedimento de que trata o item retro será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4.14. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.4.15. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.4.15.1) A vedação do item retro estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.4.16. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n. 746/2014 -TCU-Plenário).

2.4.17. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no país, com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

### 3. CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento dos proponentes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico, obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.

3.1.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral na CELIC, que permite a participação dos interessados na presente disputa, em sua forma eletrônica.

3.2 É necessário o credenciamento das participantes junto ao provedor do sistema eletrônico, como pressuposto para a participação nesta dispensa. O referido credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, obtidas junto à Seção de Cadastro da Subsecretaria da Administração Central de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Licitações – CELIC, de acordo com a Instrução Normativa n.º 03/2023 daquele órgão. Mais informações sobre o procedimento de credenciamento estão disponíveis pelo fone (51) 3288-1160 e no endereço: <https://portaldofornecedor.rs.gov.br/fornecedor#/home>

3.2.1. O credenciamento prévio, acima referido, não se confunde com o certificado cadastral junto à CELIC (mediante emissão do CFE), o qual é opcional, vale dizer, diferentemente do credenciamento prévio acima referido, o certificado cadastral (CFE) não é obrigatório para participação no presente certame.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, não cabendo à CELIC/RS, ao BANRISUL ou à PGJ/MPRS responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PGJ/MPRS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC, para imediato bloqueio de acesso e/ou concessão de nova senha.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/EQUIPARADAS**

4.1 Os representantes de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, quando for o caso, deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que se enquadram nessas respectivas categorias. A declaração falsa quanto a essa declaração sujeitará ao participante/empresa às sanções previstas em lei e neste Aviso.

4.2 A participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Lei Estadual n.º 13.706/2011 e artigo 48, I, da Lei Complementar 123/2006 e artigo 4º da Lei Federal n.º 14.433/2021, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.2.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para o exercício do direito de apresentação posterior da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006), deverá apresentar os documentos, mesmo que estes apresentem alguma restrição ou estejam vencidos.

4.4 Em caso de exercício do direito de apresentação posterior da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será assegurado o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data em que for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, seja pelo pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

4.5 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para prosseguimento.

## 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Categoria Econômica 3.3.90.40, Rubrica 4006.

## 6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 No cadastramento de sua **proposta inicial**, o proponente declarará, em campo próprio, da plataforma eletrônica do *Pregão BANRISUL*:

a) que a licitante tem conhecimento e atende a todas as exigências de habilitação e especificações técnicas previstas neste edital;

b) que a licitante assume o compromisso de guardar todos os documentos originais/autenticados, anexados eletronicamente pelo prazo de 10 (dez) anos, e apresentá-los quando requeridos pela Administração Pública;

c) que os documentos anexados eletronicamente ou apresentados para digitalização no ato da assinatura de ata de registro de preço, se for o caso, são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, conforme a legislação aplicável, em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal;

d) que a licitante não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme previsto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal 14.133/2021 (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

e) que a licitante tem conhecimento acerca das condutas passíveis de penalidades elencadas no Edital, de acordo com a modalidade, e aquelas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme legislação aplicável;

f) que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação, salvo disposição extraordinária prevista em lei específica;

g) que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV);

h) que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

6.2. As declarações mencionadas nos subitens anteriores são condicionantes para a participação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.3 As propostas deverão ser apresentadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

6.3.1. Até o momento da abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.3.2. Todas as propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.4. A apresentação consiste em registrar o preço ofertado no sistema, nos campos próprios para tal, bem como anexar arquivo único (extensões TXT, DOC, PDF e XLS, com tamanho máximo de 20 MB), contendo:

6.4.1. Planilha do Anexo II deste Aviso devidamente preenchida.

a) Caso o proponente opte em não utilizar a planilha disponibilizada, a proposta deverá ser enviada com as mesmas informações e declarações constantes do Anexo II.

6.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, como comprovação de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para as empresas que possuírem esta qualidade.

6.5. As ofertas serão de exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração das mesmas, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. No caso de aquisição, a omissão da marca e do modelo de produto cotado somente acarretará desclassificação da proposta quando a falta da informação inviabilizar o exame de conformidade do bem ofertado com as especificações estabelecidas no Edital.

6.6.1. A oferta de mais de uma marca e/ou modelo, alternativamente, acarretará a desclassificação da proposta;

6.6.2 A proposta final deverá manter inalteradas as características, bem como a marca e modelo indicados no subitem 6.5.1.

6.7. Nos preços propostos e naqueles que, por ventura, vierem a ser ofertados através de lances, deverão estar inclusos todos os custos necessários à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre o mesmo. No caso de Microempreendedor Individual quando o objeto for serviço, deverá ser previsto o acréscimo referido no artigo 18-B, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e artigo 173, § 1º da IN RFB nº 2.110/2022.

6.8. As propostas apresentadas nesta contratação terão prazo de validade mínima de 30 (trinta) dias, a contar da data da sessão pública do torneio.

6.9. Decorridos 30 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.







MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6.10. Transcorrido o prazo, a empresa será instada a se manifestar acerca da prorrogação do prazo de validade de sua proposta, com manutenção de prazos e valores, por novo período de 30 (trinta) dias.

6.10.1 A resposta deverá ser encaminhada à Administração no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data do questionamento (via *chat* de sessão, envio do *e-mail* ou ofício).

6.10.2. A omissão da empresa quanto à anuência com a prorrogação do prazo de validade de sua proposta de preços, dentro do prazo máximo estabelecido, será interpretada pela Administração como desistência da empresa em continuar o processo de contratação.

6.11. Os proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6.12. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13. A empresa melhor classificada deverá informar seu *e-mail* na proposta final, para fins de envio da nota de empenho e/ou contrato.

6.14. A Certidão, expedida pela Junta Comercial e prevista na alínea b do subitem 6.4.2, como comprovação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá ser juntada na mesma oportunidade da proposta final, se não vier acompanhando a proposta inicial.

## 7. FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

7.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta.

7.2 A partir da abertura das propostas, as empresas participantes terão conhecimento dos valores ofertados.

7.3 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores terão informações, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.4 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, com indicação de horário e valor.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6 Será permitida a apresentação de lances intermediários.

7.7 Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados após a abertura da sessão, sujeitando-se os participantes desistentes às sanções previstas neste Aviso, salvo se decorrente de caso fortuito ou força maior ou manifestamente inexecuível, com justificativa aceita pela responsável pela condução do certame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.10 A disputa ocorrerá pelo modo Aberto.

7.11 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13 Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no subitem 7.10 deste Aviso, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.14 Os participantes deverão manter a impessoalidade na sala de disputa, não se identificando, dentro da sala de disputa, sob pena de serem excluídos do certame.

7.15 Definida a proposta vencedora, para fins de empate ficto, aplica-se o disposto no item 4 deste Aviso, se for o caso.

## **8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

8.1 Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

8.1.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

8.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

8.4 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta reajustada adequada ao último lance, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

8.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.6 Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender a qualquer exigência deste Aviso, desde que insanável;
- b) conter vício insanável;
- c) apresentar preços inexecutáveis ou excessivos, assim considerados aqueles que permanecerem acima do preço estimado para a contratação;





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, caso seja exigido pela Administração.

8.7 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 A desclassificação da proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.11 No julgamento da proposta será considerado o critério do menor preço (por item), nos termos do artigo 33 da Lei 14.133/2021, desde que as mesmas atendam às exigências deste Aviso.

8.12. O custo estimado total da contratação é de R\$ 670,53 (seiscentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. O Agente de Contratação oportunizará ao licitante declarado vencedor inserir, no campo respectivo do portal eletrônico, os documentos de habilitação listados a seguir.

9.2 Durante o exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dele no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Aviso:

9.2.1) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU - Portal da Transparência do Governo Federal – **CEIS** ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/));

9.2.2) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – **CNJ** ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), nos termos da Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

9.2.3) Cadastro Informativo do Estado do Rio Grande do Sul - **CADIN/RS**, nos termos da Lei Estadual n.º 10.697/96 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 36.888/96 e alterações;

9.2.4) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – **CFIL/RS**, nos termos da Lei Estadual n.º 11.389/99 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 42.250/03 e alterações.

9.3. Havendo apontamento, registro ou pendência em face de algum licitante/empresa **ou em**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**relação ao(s) sócio(s) majoritário(s) das sociedades empresárias**, poderá haver sua exclusão do certame e/ou inabilitação, dependendo dessa medida da extensão dos efeitos da punição constante de qualquer um dos cadastros referidos no subitem anterior, tanto em relação às licitantes, quanto aos respectivos sócios majoritários.

9.4. Para fins de habilitação, a sociedade empresária declarada vencedora, deverá inserir no campo “Habilitação” do Portal Banrisul, no prazo de 01 (uma) hora, documentos a seguir relacionados:

9.4.1. Os documentos devem ser apresentados através de *upload* em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado.

**9.4.2. Habilitação Jurídica:**

9.4.2.1) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; ou

9.4.2.2) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

9.4.2.3) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

9.4.2.4) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, e, no caso de **sociedade por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

9.4.2.5) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.2.6) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

**9.4.3. Regularidades fiscal e trabalhista**

9.4.3.1) Certificado de Regularidade de Situação – **FGTS**; extraída no *link*: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

9.4.3.2) Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal no que tange ao **INSS e Dívida com a União** (conforme Portaria Conjunta PGFN / RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014); extraída no *link*: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/>



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9.4.3.3) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (conforme Lei Federal n.º 12.440, de 07 de julho de 2011); extraída no link: <http://www.tst.jus.br/certidao>

9.4.4. A apresentação do **Certificado de Fornecedor do Estado (CFE) e seu Anexo, emitido pela CELIC/RS**, dispensa a apresentação da documentação de habilitação, desde que os prazos de validade desses documentos e do próprio CFE estejam atualizados na data da sessão pública do certame. No entanto, ressalta-se a obrigatoriedade da apresentação dos demais documentos: habitação jurídica, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira (se exigido neste Aviso).

9.5. Diante de eventual impossibilidade de remessa integral dos documentos de habilitação no prazo inicialmente previsto, este poderá ser prorrogado por igual período.

9.6. As declarações exigidas neste Aviso poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no *chat* do sistema.

9.7. A extração das certidões de regularidade nos respectivos portais da internet e a anexação eletrônica (*upload*) dos documentos de habilitação da vencedora provisória da disputa poderá ser providenciada, também, pelo responsável pela condução do certame, em prol da celeridade.

9.8. Será INABILITADA a sociedade empresária que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

## 10. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

Unidade de Licitações, Rua General Andrade Neves, n.º 106, 18.º andar, Porto Alegre – RS, telefones (51) 3295-8099/8044/8048/8065, email: [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br)

## 11. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

11.1 Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (nota de empenho/autorização).

11.2 Considerando o valor global ou prazo envolvidos na presente contratação, nos termos do artigo 37 da Lei Estadual n.º 15.228/2018, não haverá necessidade na apresentação, pela CONTRATADA, de Programa de Integridade.

11.3 O adjudicatário terá o prazo previsto no Termo de Referência, após formalmente convocado, para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (nota de empenho/autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

11.4 Quando o Termo de Contrato for substituído pela nota de empenho, a contagem do prazo de entrega inicia na data em que a nota de empenho for disponibilizada pela Contratante.

11.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

11.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7 As obrigações entre as partes serão determinadas de acordo com o Termo de Referência e contrato, caso houver.

11.8 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente, a Administração verificará a regularidade fiscal da empresa contratada, bem como revalidará o CADIN/RS, CFIL/RS E CEIS do CNPJ da empresa vencedora e do CPF dos sócios majoritários, conforme o provimento n.º 104/2023 – PGJ/MPRS.

11.9 Não sendo possível a revalidação do CADIN/RS, CFIL/RS e CEIS/RS, o ato administrativo não será efetivado, podendo, se for o caso, ser retomado o procedimento, desde que respeitada a ordem de classificação do participante, sem prejuízo da imposição, àquele, das multas previstas neste Aviso e seus Anexos e das demais cominações legais.

11.10 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados, o Ministério Público exige, para a fase da seleção do fornecedor do metaprocessamento de contratação, somente os documentos e dados minimamente necessários para a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto deste instrumento convocatório. Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos nos procedimentos de seleção serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos. A apresentação de documentos ou de informações estranhos àqueles exigidos nos instrumentos convocatórios são de responsabilidade dos próprios participantes, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

11.11 Havendo Contrato e os atos conexos a estes, serão firmados eletronicamente, por ambas as partes, na forma qualificada de que trata o art. 4.º, inciso III, da Lei n. 14.063/2020, utilizando certificações digitais emitidas em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), por força do Provimento n.º 15/2021-PGJ/MPRS.

11.12 Caso o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato (se houver), não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, fica facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação. Ao final, assinar o contrato, sem prejuízo da imposição, àquele, das multas previstas neste Aviso e das demais cominações legais.

11.13 Os participantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

11.14 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante, ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (conforme o art. 48, parágrafo único da Lei 14.133/21).

## 12. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO E PAGAMENTO

As condições de prestação e pagamento são as previstas no Termo de Referência.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei e deste Aviso, observadores o regular processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Administração durante o certame.

13.3 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

12.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

12.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

12.3.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

12.3.4. deixar de apresentar amostra.

12.3.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

13.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.6 Fraudar a dispensa eletrônica.

13.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

13.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

13.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

13.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.10 A administração poderá aplicar ao responsável (sociedade empresária e/ou adjudicatários) pelas infrações administrativas retro citadas, as sanções e situações previstas no artigo 156 ao artigo 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.11 Quando forem praticadas as hipóteses previstas na Lei Estadual n.º 11.389, de 25 de novembro de 1999, a contratada será incluída no “Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual”.

### 14. DISPOSIÇÕES GERAIS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14.1 O participante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, pois a apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

14.2 O Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a Dispensa de Licitação, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

14.3 Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente Dispensa.

14.4 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

14.5 O Agente responsável pela condução do certame, no interesse público, poderá, mediante despacho fundamentado, sanar erros ou falhas puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, não alterem a substância dos documentos e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos limites da lei, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.6 É facultado à Administração, em qualquer fase desta Contratação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

14.7 É facultado ainda ao responsável pela condução do certame convocar os participantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas; que uma vez intimados, deverão fazê-lo no prazo determinado, sob pena de desclassificação/inabilitação.

14.8 Aplicam-se aos casos omissos as disposições constantes na Lei federal nº 14.133/2021.

14.9 Haverá consulta em todas as fases do processo licitatório e, também, antes do empenhamento da despesa aos seguintes cadastros:

14.9.1. Cadastro Informativo do Estado do Rio Grande do Sul - CADIN/RS, nos termos da Lei Estadual n.º 10.697/96 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 36.888/96 e alterações.

14.9.2. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS, nos termos da Lei Estadual n.º 11.389/99 e alterações, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 42.250/03 e alterações.

14.9.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU - Portal da Transparência do Governo Federal – CEIS ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

14.9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Lei de Improbidade Administrativa – ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)).

14.9.5. Havendo apontamento, registro ou pendência em face de alguma empresa ou em relação ao(s) sócio(s) majoritário(s) das sociedades empresárias, poderá haver sua exclusão do certame, dependendo essa medida da extensão dos efeitos da punição constante





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

de qualquer um dos cadastros referidos no subitem anterior, tanto em relação às licitantes/empresas, quanto aos respectivos sócios majoritários.

<b>15. ANEXOS</b>
-------------------

15.1. Fazem parte deste Aviso, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ANEXOS**:

15.1.1 ANEXO I – Termo de Referência;

15.1.2. ANEXO II – Formulário de Proposta de Preços.

15.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para discussão de eventuais litígios oriundos da presente dispensa.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2024.

*Guilherme Gava Verzoni,*  
*Agente de Contratação.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 02/2024**

**1.OBJETO**

**1.1.** Aquisição de 1(uma) licença anual do software Canva para Equipes de 5 (cinco) membros, conforme detalhado no item 3 deste documento.

**1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como:**

■ Comum (aquele cujos padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);

**1.3. O serviço enquadra-se no seguinte tipo:**

■ Serviço (escopo, prazo certo e não continuado)

**2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando o aumento considerável, ao longo dos anos, da produção de campanhas e materiais impressos e digitais para divulgação, interna e externa, de projetos e ações da atuação institucional, somado à necessidade de ilustrar os conteúdos desenvolvidos e as publicações nas mídias sociais da instituição, matérias jornalísticas, tanto para o público interno quanto externo e campanhas interna; e

Visando a trazer mais celeridade aos trabalhos desenvolvidos por meio da utilização de ferramentas acessíveis e intuitivas e que atendam à necessidade de produção por mais integrantes do Gabinete de Comunicação, mas com um custo baixo.

Assim, a plataforma Canva possibilitará a criação de forma fácil e simples de apresentações, convites, materiais e conteúdos com o objetivo de divulgar ações e programas institucionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### 3.SOLUÇÃO

- Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar, em razão de se enquadrar no caso do item "a", inciso I, Art 9º do Provimento 104/2023 da PGJ/RS.

### 4.. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

#### 4.1. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### 4.2. Pré-qualificação

- Não há serviços pré-qualificados.

#### 4.3. O serviço possui as seguintes especificações:

- 4.3.1.As assinaturas deverão ser válidas por períodos de 1 (um) ano, prorrogáveis por até 5 (cinco) anos.
- 4.3.2.O software licenciado pelas assinaturas deverá ser compatível com sistemas operacionais Windows 11 (64 e 32 bits) e Windows 10 (64 e 32 bits).
- 4.3.3.As assinaturas deverão possibilitar o uso da versão mais recente do software.
- 4.3.4.As atualizações de versões de todos os componentes do software deverão ser automáticas, e aplicadas assim que estejam disponíveis, por todo o período de vigência das assinaturas.
- 4.3.5.As assinaturas deverão licenciar o software para uso corporativo em ambiente governamental.
- 4.3.6.As assinaturas deverão licenciar o uso do software sem nenhum custo adicional, por todo o período da contratação.
- 4.3.7.As assinaturas deverão incluir garantia e suporte para instalação e operação do software, por todo o período da contratação e da vigência das assinaturas.
- 4.3.8.Junto com as assinaturas deverão ser entregues, por meio digital, todos os manuais e documentos técnicos atualizados, em língua portuguesa ou inglesa, necessários para instalação e operação do software



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):**

- Não foram adotados

4.4.1. Os itens não apresentam critérios de sustentabilidade em virtude da natureza do objeto que se pretende adquirir - programas de computador.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1. Exigências legais**

- Foram verificadas e não existem para o objeto

**5.2. Garantia de execução do contrato**

- Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**5.3. Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços (a exemplo de ARTs, listagem de funcionários, etc):**

- Não existem outros documentos necessários à execução do serviço

**5.4. Programa de Integridade**

- Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

**6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1. Prova de material decorrente da prestação do serviço:**

- Não há material/produto a ser entregue

**6.2. Haverá emissão de ordem de fornecimento nos seguintes termos:**

- Uma ordem de serviço para todo o contrato



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### 6.3. Prazo de prestação dos serviços:

O objeto deverá ser entregue, acompanhado do documento fiscal, no prazo de até (15) dias, a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento pela CONTRATADA.

A assinatura anual do software Canva para Equipes de 5 (cinco) membros,), deverá ter validade de 12 meses a contar da entrega.

### 6.4. Local de prestação dos serviços:

- As entregas serão através do email adi@mprs.mp.br, na Unidade de Apoio Administrativo da Divisão de tecnologia da Informação e Comunicação, situada na Rua Andrade Neves, 106/9º andar, Porto Alegre, RS, telefone (51) 3295.8310/8311.

### 6.5. Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

6.5.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a contratada será notificada para, no prazo de 10 dias, solucionar os problemas apontados.

### 6.6. Avaliação de Resultados por meio de critérios específicos

- Sim
  - a) Critérios de aferição: Mediante verificação da validade da licença no site do fabricante.
  - b) Regras para glosa: não se aplica

### 6.7. Recebimento:

- Haverá recebimento dos serviços, de acordo com a ordem de serviço emitida, conforme abaixo:
  - a) **provisoriamente**, na data da Assinatura, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
  - b) **definitivamente**, pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 7 (sete) dias após o recebimento provisório.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 6.8. Subcontratação:

- É vedada a subcontratação

#### 6.9. Garantia do serviço

- Sim, há prazo complementar à garantia legal:

- a) Abrangência: As atualizações de versões e de todas as funcionalidades do software estarão garantidas durante todo o período de vigência das assinaturas, sem quaisquer ônus adicionais ao Contratante.
- b) A licitante Contratada será responsável pela garantia e suporte aos produtos que ela fornecer durante todo o período de validade da assinatura.
- c) O suporte remoto ao software deverá estar disponível no regime 5x8 (cinco dias por semana, oito horas por dia), por e-mail, Internet e serviço telefônico.
- d) O suporte técnico deverá assegurar a disponibilidade e as perfeitas condições de uso do software durante todo o período de vigência das assinaturas.
- e) O serviço de suporte também deverá auxiliar na resolução de problemas de atualização de funcionalidades e de novas versões.
- f) A garantia e o suporte deverão ser prestados em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação do Contratante.
- g) A contratada disponibilizará meios de contato (telefone, e-mail, etc.) para abertura do chamado.

6.9.1. Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da empresa contratada.

#### 6.10 Prazo de duração: 12 meses *a contar*:

- da entrega.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 6.11 Prorrogação

- Não será prorrogado.

### 7.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

#### 7.1 A prestação do serviço será formalizada:

- Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

##### 7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- a) Gestor: -
- b) Gestor substituto: -
- c) Fiscal: Samantha Hofmeister Nassif
- d) Fiscal substituto: servidora Roberta Ines Salinet Alvarez

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotar no procedimento, a medida em que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

■ Não

7.5 Obrigações gerais do contratado:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto no local do serviço, aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 7.6 Obrigações específicas:

- Não existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.

#### 7.7 Sanções:

7.7.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) multa por atraso: 0,5% sobre o valor contratado por dia de atraso, no máximo de 20 dias;
- b) advertência
- c) multa compensatória: 10% sobre o valor total do contrato
- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 7.7.2 Sanções específicas

■ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

7.7.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

■ Não

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado:

■ Após o recebimento definitivo

8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Fiscal da Contratação
- b) Endereço de e-mail: *nf-adi@mprs.mp.br*
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51-3295-8311

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8.4 Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.6 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.7 O não pagamento na data implica em atualização monetária entre as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.8 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

8.8.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 04/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).

8.8.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## 9. PROTEÇÃO DE DADOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## **10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1 FORMA DE SELEÇÃO**

- Aviso de contratação direta (contratação direta pelo valor - art. 75, inc. I e II)

### **10.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

#### **10.2.1 Parcelamento do Objeto**

- Não se aplica (item para contratações diretas).

### **10.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

- O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06

### **10.4 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA**

#### **10.4.1 Carta de Solidariedade**

- Não será exigida Carta de Solidariedade

#### **10.4.2 Laudos e Declarações**

- Não serão exigidos laudos e declarações.

### **10.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- Não será exigida qualificação técnica





MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### 10.6 Qualificação técnica do subcontratado

- Não haverá

#### 10.7 Consórcio

- Não se aplica (apenas para contratações diretas).

### 11. ESTIMATIVA DO VALOR

- O Custo estimado total deverá ser publicizado (orçamento público)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**ANEXO II – Formulário de Proposta de Preços  
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 02/2024**

**EM ARQUIVO .XLS ANEXO A ESTE EDITAL.**